



**Galp Power S.A.**

**PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL**

Ajuste Direto

**Ref.ª 023\_AJD\_SA\_16 do Município de Pombal**

19 de Maio de 2016

A Galp Power, S.A., com sede na Rua Tomás da Fonseca – Torre C – 1600-209 Lisboa, pessoa coletiva com nº de identificação 504723456, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de 504723456, com o capital social de 1.500.000,00 Eur (um milhão e quinhentos mil euros), integralmente realizado, no presente ato representada por Luís Fernando Muñoz de Moura e Ana Isabel Simões Dias dos Santos Severino, com poderes para o ato, declara ter tomado conhecimento do Ajuste Direto com a Ref.ª 023\_AJD\_SA\_16 do Município de Pombal, obrigando-se a executar o mesmo em conformidade com o Caderno de Encargos e com os demais documentos patenteados, nos termos da proposta ora apresentada, cuja caracterização sumária é a seguinte:

## 1. COMPOSIÇÃO DO TARIFÁRIO APLICÁVEL

Tendo em consideração a informação de consumos anuais disponibilizados pela entidade adjudicante, o tarifário a aplicar decompõe-se do seguinte modo:

### 1.1. Instalações abastecidas em Baixa Pressão, com consumo anual superior a 10.000 m3/ano

Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar-lhe o preço relativo à parcela de “Preço de Energia”, constante da presente proposta, em função do consumo efetivamente verificado, expresso em kWh. Para os pontos de entrega com consumos de gás natural superiores a 10.000 m3/ano, o preço da parcela sujeita à concorrência é o seguinte:

Escalão	Opção tarifária	Energia Eur/kWh	Termo Fixo Eur/dia
BP> 10.000 m3/ano	Leitura mensal	0,02093	0,00

O preço proposto do termo energia do gás natural não é revisto até à data fixada para o fim do contrato (18 meses).

## 1.2. Instalações abastecidas em Baixa Pressão, com consumo inferior a 10.000 m<sup>3</sup>/ano

Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar-lhe o preço relativo à parcela de “Preço de Energia”, constante da presente proposta, em função do consumo efetivamente verificado, expresso em kWh. Para os pontos de entrega com consumos de gás natural inferiores a 10.000 m<sup>3</sup>/ano, o preço da parcela sujeita à concorrência é o seguinte:

Escalão	m <sup>3</sup> /ano	Energia Eur/kWh	Termo Fixo Eur/dia
Esc 1	0-220	0,02093	0,00
Esc 2	221-500	0,02093	0,00
Esc 3	501-1.000	0,02093	0,00
Esc 4	1.001-10.000	0,02093	0,00

O preço proposto do termo energia do gás natural não é revisto até à data fixada para o fim do contrato (18 meses).

## 1.3. Tarifas de Acesso às Redes

À componente do preço do gás natural sujeita à concorrência é necessário adicionar as Tarifas de Acesso às Redes (TAR). Estas tarifas são fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), são independentes do comercializador e são revistas anualmente nos termos do Regulamento de Tarifário. Sempre que o regulador sectorial fixar ajustes excepcionais às tarifas de acesso, estes serão repercutidos diretamente na faturação nos termos definidos pela ERSE.

As tarifas de acesso às redes atualmente em vigor são as publicadas na Diretiva da ERSE nº 10/2015 e reproduzem-se nos quadros seguintes:

### Pontos de entrega com consumos em BP > 10.000 m<sup>3</sup>/ano

TARIFAS DE ACESSO ÀS REDES EM BP > 10.000 m3 POR ANO							
Opção tarifária	(m³/ano)	Termo tarifário fixo	Energia		Capacidade Utilizada	Termo tarifário fixo	Capacidade Utilizada
			Fora de Vazio	Vazio			
		(€/mês)	(€/kWh)	(€/kWh)	(€/kWh/dia)/mês		
Longas Utilizações		139,51	0,011838	0,002523	0,060192	4,5742	0,00197350
Curtas Utilizações		139,51	0,020248	0,002523	0,012038	4,5742	0,00039470
Mensal	10 000 - 100 000	206,87	0,021469	0,012154		6,7827	
	≥ 100.001	480,67	0,015727	0,006413		15,7597	

Período de Vazio: Agosto; Fora de Vazio: Restantes meses

## Pontos de entrega com consumos em BP < 10.000 m<sup>3</sup>/ano

TARIFA DE ACESSO ÀS REDES EM BP < 10.000 m <sup>3</sup> POR ANO					
Escala	(m <sup>3</sup> /ano)			Termo tarifário fixo	Energia
				(€/mês)	(€/kWh)
Escala 1	0	-	220	0,22	0,042163
Escala 2	221	-	500	0,94	0,038088
Escala 3	501	-	1 000	2,17	0,034042
Escala 4	1 001	-	10 000	3,07	0,032937

### 1.3. Taxa de Ocupação do Subsolo

A faturação do gás natural deve incluir, nos municípios onde foi aprovado em Assembleia Municipal, um valor adicional que corresponde à taxa municipal de ocupação de subsolo (TOS).

O valor unitário da TOS é definido de acordo com a metodologia aprovada pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), para a repercussão do valor das taxas de ocupação de subsolo que cada Município, por decisão própria, aplica aos Operadores de Rede de Distribuição.

À data da presente proposta, as TOS publicadas no sítio da internet Operador de Rede de Distribuição são as seguintes:

#### Município de Pombal

Escala de consumo	Energia	Termo fixo
	(€/kWh)	(€/dia)
≤ 10.000 m <sup>3</sup> /ano	Sem TOS Publicada à data	Sem TOS Publicada à data
> 10.000 m <sup>3</sup> /ano	Sem TOS Publicada à data	Sem TOS Publicada à data

Caso durante a execução do contrato venham a ser definidos novos valores das TOS para este Município, estes serão repercutidos na faturação de forma direta e transparente, nos termos do Regulamento Tarifário.

### 1.4. Capacidade Utilizada à Entrada

**Termo Capacidade Entrada<sup>1</sup> = 0,00053976 [Eur/(kWh/dia)/dia]**

(1) Nos termos da Directiva nº 10/2015 da ERSE

### 1.5. Outras Taxas e Impostos aplicáveis ao fornecimento de gás natural

O IEC gás natural, nos termos do previsto no Código dos Impostos Especiais do Consumo (CIEC), e da Lei n.º 82-D/2014, que procede à reforma da tributação ambiental, a qual prevê, no artigo 8.º, o aditamento ao Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, do artigo 92.º-A, relativo ao adicionamento sobre as emissões de CO<sub>2</sub>, o IEC é devido no momento do fornecimento de gás natural ao consumidor final. Nos termos da Lei, os valores previstos para o ano 2016 são os seguintes:

**ISP GN combustível: 0,002412 €/KWh**

Quaisquer outras taxas ou impostos que incidam sobre o fornecimento de gás natural nos termos da legislação aplicável, serão repercutidos de forma direta e transparente nas faturas.

Sobre todos os preços referidos na presente proposta, incide IVA à taxa legal de 23%.

## 2. FATURAÇÃO

O gás natural consumido será faturado mensalmente e individualmente por ponto de entrega, conforme se indica abaixo:

### Pontos de entrega na opção tarifária de leitura diária:

$$F (\text{€}) = (Q \times TV) + (TF \times D) + (Cap \text{ Ut} \times QMD \times D) + (Cap \text{ Ent} \times QMD \times D) + TOS + ISP$$

Em que:

**F** – Valor da fatura (Eur)

**TV** – Tarifa de energia, a faturar mensalmente

**Q** – Quantidade de gas consumida no período de faturação (kWh)

**TF** – Termo fixo (€/dia)

**D** – Numero de dias do período de faturação (dias)

**QMD** – Consumo máximo diário registados nos últimos 12 meses, incluindo o mês a que respeita a fatura

**TOS** – Taxa de Ocupação do Subsolo em vigor no Município em causa

**ISP** – Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos

Sobre o valor total da fatura incide IVA a taxa legal em vigor de 23%.

### Pontos de entrega na opção de leitura mensal:

$$F (\text{€}) = (Q \times TV) + (TF \times D) + TOS + ISP$$

Em que:

**F** – Valor da fatura (Eur)

**TV** – Tarifa de energia, a faturar mensalmente

**Q** – Quantidade de gás consumida no período de faturação (kWh)

**TF** – Termo fixo (€/dia)

**D** – Número de dias do período de faturação (dias)

**TOS** – Taxa de Ocupação do Subsolo em vigor no Município em questão

**ISP** – Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos

Sobre o valor total da fatura incide IVA à taxa legal em vigor de 23%.

### 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento das faturas a emitir pela Galp Power S.A, será efetuado pela entidade adjudicante, preferencialmente por transferência bancária, no prazo de 60 dias a contar data de emissão da fatura. O atraso no pagamento das faturas confere à Galp Power S.A. o direito de cobrar juros de mora sobre o valor em dívida, à taxa legal em vigor na data de vencimento das mesmas.

### 4. ENTRADA EM VIGOR E DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. Em caso de adjudicação, o contrato tem duração indicada nas peças do procedimento, contados a partir data de fornecimento efetivo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além desta data.

4.2. O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos em relação a cada um dos locais de consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de gás natural por comercializadores em regime de mercado livre, e depois de concluídos os procedimentos regulamentares para a mudança de comercializador.

### 5. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta é válida pelo período fixado nas peças do procedimento. Terminado este prazo a Galp Power S.A. reserva-se o direito de alterar as condições apresentadas.

## 6. VALOR GLOBAL

O valor global estimado nas condições da presente proposta é de **108.666,55 Eur** (Cento e oito mil seiscientos e sessenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos). O Valor global calculado refere-se ao período máximo contratual definido pelo cliente e que para efeitos de valorização se considera igual a 18 meses (545 dias).

O cálculo do valor global foi apurado no ficheiro designado por “Simulador de Valor Global” anexo à presente proposta de acordo com as tarifas de acesso à rede em vigor, e de acordo com os consumos fornecidos pela entidade adjudicante.

Ao valor global estimado acresce IVA à taxa legal de 23% em vigor.

## 7. Contactos

Paulo Fernandes

Gas & Power | Estado & Autarquias

Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 4º Piso

1600 – 209 Lisboa

Telemóvel: +351 217 24 25 00

E-mail: [estado.gaspower@galpennergia.com](mailto:estado.gaspower@galpennergia.com)

Lisboa, 19 de Maio de 2016

---

## ANEXO I

### Aceitação do Caderno de Encargos

1 — Luís Fernando Muñoz de Moura, Cartão de Cidadão n.º 05338774, e Ana Isabel Simões Dias dos Santos Severino, Cartão de Cidadão n.º 09887937, com residência profissional da Rua Tomás da Fonseca Torre C 1600-209 Lisboa, e na qualidade de representantes legais de Galp Power S.A., pessoa coletiva nº 504723456, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com sede na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600 – 209 Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto com a Ref.ª 023\_AJD\_SA\_16 do Município de Pombal, designado por “Abastecimento contínuo de gás natural a doze instalações do município de Pombal”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada Galp Power SA se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Atributos da Proposta de Fornecimento de GN;
- b) Simulador de Valor Global – Galp Power
- c) Anexo II-Proposta
- d) Anexo III-Matriz de avaliação das propostas

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional];



- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaía e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos

Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 19 de Maio de 2016

Os Administradores

Luís Fernando Muñoz de Moura e Ana Isabel Simões Dias dos Santos Severino